

O ACESSO À UNIVERSIDADE E O PROJETO DE ARTICULAÇÃO COM AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

GISELE MORAES DIAS¹; FRANCISCO DOS SANTOS KIELING²; EMILENI TESSMER³; LAÍS BASSO⁴; LIZ FERNANDA LIMA⁵

¹*Universidade Federal de Pelotas – gisele2811.moraes@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – franciscokieling@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – emileni_tessmer@ufpel.edu.br*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – laisbassoufpel@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – liz.carrard@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

As Universidades públicas, em geral, e federais, especificamente, enfrentam uma crise sem precedentes, caracterizada pela redução do investimento público em educação, que em 2022, de forma paradoxal com o crescimento da inflação, é o menor dos últimos dez anos. Neste artigo, problematizamos uma face dessa crise: a recente redução do número de candidatos para ingressar nos cursos de graduação presenciais das instituições federais de Ensino Superior, com destaque para o caso da Universidade Federal de Pelotas.

O Sistema Federal de Ensino Superior brasileiro sofreu profundas transformações na primeira década e meia do século XXI. As políticas públicas foram determinantes para a expansão do sistema público. Destacam-se a criação de 14 universidades federais, entre 2003 e 2014, o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI - 2008-12), a reorganização do sistema de ensino tecnológico, a partir da consolidação da rede de Institutos Federais (SANTOS, LIMA, CARVALHAES, 2020); e a Educação a Distância pública também teve papel relevante na expansão e interiorização do Ensino Superior público, a partir da criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (BRASIL, 2006). Em 2010, a Portaria Normativa do MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, institui o Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que passa a ser a principal porta de acesso ao Ensino Superior por meio da nota do ENEM. Por esse sistema, as Instituições Federais de Ensino (IFES) indicam o número de vagas ofertadas por ano, podendo ainda, fazer uso de processos seletivos complementares para o preenchimento das vagas disponibilizadas anualmente.

Uma confluência de processos político-econômicos desencadeada a partir de 2015 tem impactado o ensino superior público desde então. Citamos dois deles, que são foco de diferentes análises nas ciências sociais atualmente: a crise econômica, com uma recessão profunda no biênio 2015-16; e a mudança abrupta e imprevista na condução política do país, que repercutiu em mudanças significativas nas diversas políticas estatais e governamentais, especialmente no setor educacional. A redução da arrecadação estatal entre 2015 e 2018, associada a perspectiva política de que os serviços públicos educacionais devem ser supridos pela iniciativa privada, produziu um progressivo desfinanciamento das instituições federais de ensino superior, que tiveram seus orçamentos congelados desde 2018.

Os dados dos Censos do Ensino Superior, realizados anualmente pelo INEP/MEC, ilustram as repercussões dessas decisões políticas no número de ingressantes nas IFES. Em 2003, as IFES tiveram 153.393 ingressantes no ensino de graduação (9,9% do total de ingressantes no ensino superior, no país);

em 2010, esse número alcançou 302.359 estudantes (13,9%), e, em 2017, se atingiu o ápice de ingressantes nas IFES, com 380.536 (11,8%). No último ano com dados disponíveis (BRASIL, 2020), as IFES tiveram 342.526 ingressantes, o que significou 9,1% dos ingressantes no ensino superior no Brasil. Em termos absolutos, a redução no número de ingressantes nas IFES foi de 10%; em termos relativos (ao conjunto de ingressantes no ensino superior como um todo) a redução no número de ingressantes nas instituições públicas foi de 22,9%. No período recente, pós 2016, a ampliação de vagas ocorreu majoritariamente nas instituições privadas, na modalidade a distância. O Decreto 9.057/2017, constitui em base legal para a aceleração das ofertas de cursos na modalidade, flexibilizando regras para criação, credenciamento e monitoramento, em especial para as instituições privadas. Em 2020, o ingresso na modalidade EAD ultrapassa o presencial (BRASIL, 2022).

O esvaziamento da procura por cursos presenciais nas IFES também se intensifica na medida em que diante do empobrecimento populacional o Estado promove o desinvestimento em educação pública, com repercussões na assistência estudantil. Se por uma lado se incentivo as pessoas vulneráveis socioeconomicamente a estudar, por meio da Lei de Cotas Nº 12.711 de 2012, que prevê que 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições públicas sejam reservadas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, de outro, temos a queda do orçamento executado real do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir de 2018. Exigindo das IFES adequação a uma restrição orçamentária e a um aumento da demanda por cobertura da política de assistência estudantil (BARBOSA E SILVA; MARQUES, 2022). Esse descompasso pode gerar interpretações equivocadas em relação à importância da Lei de Cotas, uma vez que sua implementação depende de outras políticas públicas, para que de fato, estudantes com maiores vulnerabilidades possam ocupar as vagas das IFES. Verifica-se, diante dos descompassos nas políticas públicas educacionais, de maneira generalizada, que diversas IFES estão realizando processos seletivos alternativos ou extras, na tentativa de ocupação das vagas remanescentes dos cursos de graduação.

A UFPel, oferta anualmente 80% das suas vagas para o ensino de graduação pelo SiSU, o que permite que todo estudante que tenha feito o ENEM, possa se candidatar a uma das vagas da UFPel. Os 20% de vagas restantes são preenchidas pelo Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), processo seletivo seriado, em que os estudantes realizam provas ao final de cada ano letivo do Ensino Médio. Por meio da Resolução Nº 06, DE 16 DE AGOSTO DE 2018, a UFPel regulamentou a ampliação gradual das vagas destinadas aos estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas; de modo que para ingresso de 2021 em diante esse percentual é de 90%, correspondente ao percentual de estudantes do ensino médio em escolas públicas da região.

A inscrição para os cursos da UFPel, entre 2020 e 2022, teve uma redução de 41,4%, passando de 36.467 candidatos em 2020/1, para 21.374, em 2022/1. Pelo PAVE, no mesmo período, a redução do número de candidatos habilitados a concorrer a uma das vagas foi de 12,6% (de 1.398 para 1.221). Com isso, chegou-se à situação em que sobraram vagas em 68% dos cursos da UFPel, no último período. Esse cenário desafiador para as IFES é composto por um encontro de processos político-sociais - e também biológico - que exige reflexão e ação para o seu enfrentamento. Tal situação, acompanha o contexto nacional, de retrocesso na busca pelo ensino superior, identificada, por exemplo, no menor

número de inscritos da história do ENEM, na edição de 2021, desde quando passou a compor SiSU, em 2010.

2. METODOLOGIA

A partir do Núcleo de Processos Seletivos, criado em 2021, junto à Coordenação de Registros Acadêmicos, da Pró-Reitoria de Ensino, da UFPel, algumas ações começaram a ser implantadas em 2021 (ainda de modo remoto) e, com maior destaque em 2022, a partir da liberação de atividades presenciais. Para organizar essas ações, foi elaborado um Projeto de Extensão intitulado “Articulação Universidade e Escolas Básicas a partir do PAVE”, que ficou conhecido por uma das suas principais atividades: **“A UFPel vai à escola”**. Este projeto conta com duas ações principais: [1] a qualificação e intensificação da divulgação do PAVE nas redes sociais - instagram e facebook; e [2] atividades nas escolas de Ensino Médio de Pelotas e região para conversar diretamente com os estudantes sobre perspectivas de futuro, cursos superiores, ingresso na universidade e políticas de assistência estudantil. A partir da aprovação do projeto e da inserção de estudantes de graduação (uma bolsista e duas voluntárias), o trabalho junto às redes sociais, referente a atividade 1, tem sido desenvolvido, permitindo uma maior aproximação e engajamento dos estudantes conectados a essas redes. Este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa (GIL, 1991), desenvolvida a partir do acompanhamento e análise inicial da atividade 2, ainda em execução, pela equipe executora do projeto, de maneira dialógica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o lançamento do Edital do PAVE 2022, em julho, a equipe do projeto passou a visitar as escolas, com o propósito de apresentar a Universidade, destacar os cursos de graduação, a Mostra de Cursos presencial e virtual, as vagas e os principais processos seletivos anuais. Detalhamos, ainda, na conversa com os jovens, o sistema de cotas e os programas de assistência estudantil.

A análise sobre o impacto do projeto nas inscrições do PAVE é inicial, uma vez que o projeto prevê que as visitações ocorrem até o final do mês de setembro, quando se encerram as inscrições do PAVE 2022. Mesmo nessa condição, é possível observar que imediatamente após cada visita realizada chegam até o Núcleo de Processos Seletivos solicitações de estudantes das escolas visitadas. As principais dúvidas dos estudantes dizem respeito a qual etapa se inscrever ou como proceder para concorrer às vagas realizando apenas duas etapas ou em um período maior do que 3 anos, sobretudo, diante das interrupções e rearranjos dos calendários letivos das escolas, desde a pandemia da COVID-19.

A realização do projeto, em andamento, traz indícios de que as estratégias que se destacam e devem ser fortalecidas dizem respeito à qualidade, abrangência e humanização da informação sobre o acesso às IFES, sobretudo, dos cidadãos historicamente excluídos desse espaço. O desconhecimento sobre como é possível acessar e estudar em uma Universidade Federal, ou, ainda, a falta de referências de pessoas da comunidade, da escola ou da família que tenham desbravado esse caminho, tornam o acesso à universidade um sonho distante, ou sequer faz parte dos sonhos de boa parte dos sujeitos que têm direito a essas vagas. Verificamos a necessidade de realizar mais de uma visita na mesma escola, uma vez que os espaços físicos ou o turno da visitação não abrangem todo o público alvo.

Por meio do projeto de extensão espera-se, cada vez mais, dar as condições para que a comunidade escolar da região aproime-se e insira-se na UFPel. Para tanto, além das políticas públicas que independem da Universidade, como as que incentivam o acesso e a permanência do estudante no ensino médio, é preciso enfrentar os desafios que contribuem para a existência de vagas ociosas e estudantes em potencial sem acesso ao ensino: o desconhecimento da gratuidade e das políticas de assistência estudantil; o significado de um processo seletivo seriado; a demanda pela oferta de cursos adequados à realidade de estudantes trabalhadores e que possuem filhos pequenos; a falta de informação sobre a diversidade de cursos de graduação; a concentração das inscrições em poucos cursos de graduação e a desconsideração da concorrência.

4. CONCLUSÕES

Diante do cenário atual, marcado pela redução de inscritos nos processos seletivos de ingresso no ensino superior público, pela ociosidade de vagas, pela necessidade de criação de processos alternativos ou extras, evidenciamos a necessidade de aproximação da Universidade com as escolas com o propósito de ampliar e diversificar o acesso de mais estudantes ao Ensino Superior Público, com destaque especial aos advindos de escolas públicas. O desafio em questão não é simplesmente preencher as vagas disponibilizadas pelas IFES, mas avançar no sentido de ampliar a democratização do acesso, para que ele seja cada vez mais representativo da sociedade. Isso significa que em uma sociedade que enfrenta o empobrecimento massivo e a dificuldade de manter condições mínimas de sobrevivência, são muitas as razões para não retroceder e elitizar o acesso ao ensino superior público, interrompendo recorrente seleção de estudantes advindos de classes sociais que não experimentaram a pobreza e que perpetuam os privilégios socioeconômicos por gerações. Se por um lado, é mais fácil preencher vagas com estudantes que não travam uma luta diária pela sobrevivência e reconhecimento, por outro, é um momento decisivo de posicionamento para que a educação pública chegue aos sujeitos de direito, fortaleça o papel social das instituições e contribua efetivamente para reduzir as desigualdades sociais e estimular o pensamento crítico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA E SILVA, Leonardo; MARQUES, Felipe J. **A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos.** Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. v. 38, n. 01 e 112696 - 2022.
- BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior.** Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 out. 2021.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991.
- SANTOS, Clarissa Tagliari; LIMA, Raquel Guilherme de; CARVALHAES, Flávio. O perfil institucional do sistema de ensino superior brasileiro após décadas de expansão. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (Org.). **A expansão desigual do ensino superior no Brasil.** Curitiba: Appris, 2020.